



Instituto Português de Museus

03-37-19 03237 -

Exmo.Senhor
Dr.Paulo Gomes
Presidente do Instituto Nacional
de Estatística
Av.António José de Almeida
1000-043 Lisboa

Na sequência do protocolo celebrado em 5 de Abril de 2000 entre o Instituto Português de Museus, o Instituto Nacional de Estatística e o Observatório de Actividades Culturais, este instituto colaborou na identificação e na caracterização do universo museológico português, na disponibilização de dados sobre o mesmo universo e na preparação de novo modelo de Inquérito aos museus.

Do objecto e das atribuições do Instituto Português de Museus, de acordo com a sua lei orgânica, Decreto-Lei n.º 398/99, de 13 de Outubro, consta no art. 3.º, *promover e assegurar a execução da política museológica nacional em conformidade com as orientações da tutela e em diálogo permanente, nomeadamente com as instituições do Estado detentoras de património cultural, as autarquias, a Igreja e os privados*. Para o cabal cumprimento do seu objecto importa conhecer aprofundadamente a realidade museológica portuguesa, qualquer que seja a sua dependência administrativa, pública ou privada.

Deste modo, venho solicitar a Vossa Excelência a libertação do segredo estatístico relativamente aos dados das entidades museológicas privadas contempladas no "Inquérito



Instituto Português de Museus

aos Museus" aplicado pelo INE em 2000 e 2001, bem como aos anos subsequentes, comprometendo-se o IPM a sigilo.

Certo da vossa melhor atenção a este assunto,

Com os melhores cumprimentos

O Director

Manuel Oleiro

Em anexo: cópia do protocolo celebrado entre o IPM, o INE e o OAC

Conselho Superior de Estatística

Anexo I

O Conselho Superior de Estatística agradece e solicita o maior rigor no preenchimento deste Anexo no sentido de tornar mais célere a condução do processo tendente à libertação dos dados solicitados. Este anexo tem, no entanto, um carácter de enquadramento de todos os materiais enviados pela entidade solicitante com vista ao deferimento do seu pedido.

Entidade solicitante: Instituto Português de Museus (IPM).

Pedido: Dados relativos às entidades museológicas privadas contempladas no projecto do INE "Inquérito aos Museus".

Data: 19 de Julho de 2003

A1.2 - Enquadramento legal

Competências: Artigo 2º do Capítulo I, Natureza e atribuições, do Decreto-Lei nº 398/99 de 13 de Outubro que actualiza a Lei Orgânica do Instituto Português de Museus

Atribuições: Artigo 3º do Capítulo I, Natureza e atribuições, do Decreto-Lei nº 398/99 de 13 de Outubro que actualiza a Lei Orgânica do Instituto Português de Museus

Anexe por favor fotocópia da legislação reguladora em vigor

A1.3 - Pedido principal

Elementos: Dados das entidades museológicas privadas contempladas no projecto do INE "Inquérito aos Museus".

Variáveis:

- Funcionamento e instalações, área total e edificada, outros espaços para além da sala de exposições, sistemas de segurança;
- Recursos humanos (Pessoal a tempo inteiro e a tempo parcial, remunerado, não remunerado e estagiário - conservador/técnico superior, outro pessoal técnico, pessoal administrativo, pessoal auxiliar e operário);
- Recursos financeiros - receitas próprias, receitas externas e despesas;
- Recursos informáticos (número de computadores e ligação à Internet);
- Acervo, colecções e inventário (categorias dominantes do acervo e número de objectos por tipologia, dos quais com inventário sumário ou desenvolvido, fotografados e em base de dados);
- Actividades orientadas para os visitantes, publicações/edições produzidas pelo museu, meios utilizados para a publicidade, parcerias nacionais e estrangeiras;
- Número de visitantes, por mês, total e em grupos escolares.

Desagregação: Unidade a unidade, isto é, museu a museu.

Período: 2000, 2001, 2002

Suporte: Informático (formato Excel).

Fundamentação: Protocolo celebrado entre INE, IPM e Observatório das Actividades Culturais (OAC) a 5 de Abril de 2000 cujo objecto consiste na "uniformização dos instrumentos de pesquisa adoptados para a referenciação e caracterização do universo museológico português, bem como a actualização das bases de dados existentes, incluindo a sistematização tipológica e a normalização de conceitos estatísticos" (Cláusula 1ª).

Conselho Superior de Estatística

O Conselho Superior de Estatística agradece e solicita o maior rigor no preenchimento deste Anexo no sentido de tornar mais célere a condução do processo tendente à libertação dos dados solicitados.
Este anexo tem, no entanto, um carácter de enquadramento de todos os materiais enviados pela entidade solicitante com vista ao deferimento do seu pedido.

A1.4 - Finalidade do pedido

Descreva o tipo de utilização a dar aos dados solicitados:

Estudo, acompanhamento e caracterização do universo museológico português ao longo do período mencionado, a realizar pelo OAC, designadamente quanto ao cumprimento de critérios de qualidade da oferta adoptados internacionalmente.
Este estudo integra-se na linha de pesquisa iniciada em 1999 com o Inquérito aos Museus em Portugal, pesquisa publicada em 2000.

Refira qual o tipo de tratamento a que os dados serão sujeitos:

Obtenção de resultados por Tipo, Localização geográfica e Tempo de existência dos museus.

Que tipo de divulgação pretende a instituição fazer:

Publicação do estudo resultante do tratamento dos dados.

Inclui anexos demonstrativos? Descreva-os:

A1.5 - Pedido subsidiário (caso não seja autorizado o pedido principal)

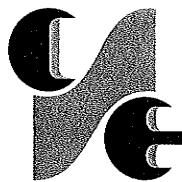
Elementos:

Variáveis:

Desagregação:

Período:

Suporte:



DECLARAÇÃO*

O Instituto Português de Museus e o Observatório das Actividades Culturais comprometem-se a:

1. Guardar absoluto sigilo sobre as informações fornecidas e usá-las exclusivamente para os fins mencionados nos elementos enviados ao Conselho Superior de Estatística no ofício com a proveniência do Instituto de Museus e data de 19 de Julho de 2003.
2. Só publicar aqueles dados estatísticos se agrupados a outros dados, de uma forma que não permita qualquer identificação, directa ou indirecta, das unidades estatísticas, o que significa que os dados estatísticos só podem ser publicados caso se refiram a três ou mais unidades por variável ou conjunto de variáveis base para ventilação da informação.
3. Permitir ao CSE, se este assim entender, a verificação dos requisitos mencionados nos pontos anteriores.

Lisboa,de.....de 2003

Nome (.....)
Cargo (.....)

* A assinar pelas duas instituições